

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 22.149.2016-90

ENTIDADE: Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FDCT

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FDCT, exercício de 2015.

RESPONSÁVEIS: Márcio Veríssimo Carvalho Dantas e Mauro Jorge Ribeiro

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

ACÓRDÃO Nº 10.119/2016

PLENÁRIO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. FUNDO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. DESCUMPRIMENTO DOS ITENS II E III, DO ANEXO VII, DA RESOLUÇÃO-TCE N. 87/2013 (MANUAL DE REFERÊNCIA, 2ª EDIÇÃO). REGULARIDADE COM RESSALVAS. ARTIGO 51, II, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 38/93. NOTIFICAÇÃO

1. Constatadas falhas formais que não representam prejuízo ou risco de dano patrimonial (ausência de indicação do responsável pelo almoxarifado e da autorização de acesso para consulta aos dados de movimentação bancária), embora ainda não tenha sido editada por esta Corte de Contas norma contendo a classificação de irregularidades e ressalvas, aplica-se o artigo 51, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.
2. Prestação de Contas julgada regular, com ressalvas.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **1) APROVAR a PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FDCT**, relativa ao exercício de 2015, considerando-a **REGULAR** na gestão do **SR. MÁRCIO VERÍSSIMO CARVALHO DANTAS**, que se deu até 1º-03-2015 e **REGULAR, COM RESSALVAS**, na gestão do **SR. MAURO JORGE RIBEIRO**, valendo como ressalvas a ausência de indicação do responsável pelo almoxarifado ou material de estoque e a não apresentação de autorização para acesso aos dados de movimentação bancária da Unidade; **2) notificar o Responsável para apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, a AUTORIZAÇÃO DE ACESSO PARA CONSULTA AOS DADOS DE MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA**, prevista no item III do Anexo VII da Resolução-TCE n. 87/2013 e **3) ARQUIVAR** o feito, após as formalidades de estilo.

Rio Branco - Acre, 15 de dezembro de 2016.

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Fui presente:

MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA
Procurador do MPE/TCE/AC